

VER O QUE UMA COISA É

BARRY STROUD

Universidade da Califórnia em Berkeley

E-mail: barrys@berkeley.edu

Tradução de Israel Vilas Bôas

Unifesp

E-mail: chrysotile@gmail.com

Revisão de Oscar Moreira

Unifesp

E-mail: oscar.xmoreira@gmail.com

A meu ver, todo entendimento satisfatório do conhecimento perceptivo humano deve reconhecer que é tão somente pela percepção que aprendemos coisas sobre o mundo¹. O que quero dizer com isso é algo que muitas teorias filosóficas do conhecimento negaram. Segundo essas teorias, de uma maneira ou de outra, o máximo que conseguimos saber somente pela percepção é algo que não diz nada sobre como as coisas são no mundo à nossa volta. Seus defensores geralmente não julgam que essa concepção implica que não podemos saber nada sobre o mundo. Pelo contrário, considera-se que ela mostra que o conhecimento perceptivo do mundo é uma combinação de dois ingredientes distintos: o que sabemos apenas pela percepção sensível somado a algumas coisas que sabemos de outros modos.

Julgo que essa maneira de entender nosso conhecimento do mundo, quando analisada, não pode realmente explicar àqueles de nós que têm esse conhecimento como é possível que o tenhamos. Ela nos deixa vulneráveis ao que podemos reconhecer como razões para duvidar dos fundamentos de todo passo que supostamente dermos para além da percepção. Identificar e explicar essas dúvidas seria uma longa história de que não falarei aqui². Então, começo da necessidade de rejeitar toda concepção como essa a respeito de nosso conhecimento do mundo. Eu gostaria de sugerir, em contrapartida, já que podemos conhecer e de fato conhecemos muitas coisas sobre o mundo ao nosso redor por meio somente da percepção, que todos os pontos de vista

¹ Essa é minha principal proposta em Stroud (2009).

² Tentei elaborar essas dúvidas em Stroud (2000a; 2000b e 2005).

que restringem o alcance do conhecimento perceptivo desse modo têm de ser rejeitados. A questão é se podemos, realmente, entender o conhecimento perceptivo do mundo da maneira que, a meu ver, precisamos entendê-lo.

Falarei apenas sobre percepção visual: ver. Penso que amiúde vemos e, em razão disso, sabemos que p ; e o que preenche o lugar de “ p ” é alguma coisa que é o caso no mundo à nossa volta e que continuaria a ser o caso, quer alguém perceba essa coisa como o sendo, quer não. E creio que é possível obter esse tipo de conhecimento sem se basear em nada que de alguma forma combinaríamos com o que conseguimos somente da percepção sensível para sabermos que p é o caso. Simplesmente vemos p e, por vê-lo, sabemos-lo. Então, penso que a ideia de que precisamos não é apenas a de que ver é crer, mas a de que ver é, ou pode ser, conhecer. Vejo, e, em razão desse ver, sei que há uma cadeira nesta sala.

Conhecimento é o conhecimento de que uma coisa ou outra é o caso. Ele envolve um pensamento proposicional que é verdadeiro. Assim, ver que p é o caso envolve um pensamento proposicional que é verdadeiro. Exatamente o mesmo pensamento está envolvido tanto em ver quanto em conhecer: o que se vê ser o caso é o que se conhece como sendo o caso. Então, o ver que tenho em mente pode ser chamado ver “proposicional”, ou o ver que tem um objeto proposicional. Colocá-lo desse modo pode ser enganoso, caso se sugira que o que se vê é uma proposição. Não: o que eu vejo é que há uma cadeira nesta sala. Dizer que isso é um objeto proposicional do ver é dizer apenas que meu ver é descrito por uma frase cujo complemento do verbo perceptivo “ver” é uma frase com um valor de verdade, não um termo singular que se refere a um objeto.

Claro, neste caso, também vejo a cadeira. Isso é declarado em uma frase cujo verbo perceptivo é seguido por um termo singular. Isso poderia ser chamado de visão objetual — o ver um objeto³. Comumente, mas não sempre, ver de modo proposicional que p envolve ver objetos nesse sentido objetual. Ver que o gato está no tapete envolve, em geral, ver o gato e ver o tapete. Mas, quando apenas vejo neblina por toda parte, por exemplo, eu vejo e, em razão disso, sei que é assim que as coisas estão, mas é possível que eu não veja absolutamente nenhum objeto. E também é possível vir a conhecer alguma coisa sobre um objeto que eu não vejo, ao ver um outro objeto determinado. Posso ver que meu vizinho está em sua casa ao ver o seu carro estacionado em frente a ela.

³ É isso o que Fred Dretske (1969) chamou de ver “não epistêmico”.

No entanto, nesse caso comum diante de nós, sei que há uma cadeira nesta sala porque a vejo. Eu poderia ter vindo a saber que há uma cadeira aqui de outro modo, e não porque a vi. O que explicaria saber o que sei₂ nesse caso₂ seria algo diferente de vê-la. Se ver a cadeira é, de fato, como vim a saber que há uma cadeira nesta sala, meu conhecimento é de algo “proposicional”, mas o ver aquela cadeira não é um ver “proposicional”.

A meu ver, o que chamo de ver “objetual” não exige conhecimento, nem, talvez, que se creia em nada sobre o objeto que é visto. Posso ver que essa cadeira está, de fato, nesta sala, mesmo que eu não saiba que é uma cadeira ou que está nesta sala. Nessas condições, eu ainda veria a cadeira. Uma criatura — por exemplo, uma formiga ou um rato — pode ver um objeto que bloqueia a sua passagem mesmo se essa criatura não tiver nenhum conhecimento senão a capacidade de se mover no mundo. Em uma frase da forma “ele vê X”, toda expressão que é verdade quanto ao que o objeto que “x” representa pode ser colocada no lugar de “x” sem alterar o valor de verdade da frase. Muitas coisas sobre os objetos que vejo podem ser verdadeiras sem que eu saiba que o são. Posso ver alguma coisa que custa \$50 sem saber que ela custa \$50, assim como um cão parado ao meu lado também vê aquela coisa que custa \$50.

Mas eu não poderia ver que há uma cadeira nesta sala sem pensar nem saber que há uma cadeira nesta sala. E, como com todo conhecimento, não poderia sabê-lo se isso não fosse verdade — se não houvesse uma cadeira nesta sala. Então, eu não poderia ver que há uma cadeira nesta sala se não houvesse nenhuma cadeira aqui. Dessa maneira, esse tipo de ver equivale a conhecimento. O que quero sugerir é que precisamos ser capazes desse tipo de ver e desse tipo de conhecimento se sabemos coisas sobre o mundo por meio da percepção visual.

Ver um objeto no sentido “objetual” exige certas capacidades ou certa perícia da parte do percebedor. Uma habilidade de ver objetos envolve ter a atenção de alguém atraída de modo visual para o objeto, ou discriminá-lo de seu entorno de alguma maneira, ou responder-lhe de modo visual atentamente, talvez rastreando-o com o olhar, se estiver em movimento. O que exatamente está envolvido em discriminar visualmente e, assim, ver um objeto, não é fácil de dizer, mas muitas criaturas diferentes têm essa capacidade. Elas podem ver e responder aos objetos. Quando vejo a cadeira, e presto atenção a ela ou a encontro ao alcance de minha percepção, a cadeira está disponível para eu pensar e dizer coisas sobre ela. Está-me disponível, portanto, para vir a saber coisas sobre ela. É claro, em geral creio e sei muitas coisas sobre os

objetos que vejo, mas não preciso ver nem saber nada sobre um objeto para que ele esteja onde está ou para que ele seja objeto de minha percepção objetual, minha visão.

A possibilidade desse tipo de acesso torna o ver objetual assaz importante, talvez essencial, para explicar a possibilidade do pensamento. Argumentou-se, por exemplo, que ter atitudes *de re* perante alguns objetos é uma condição necessária para ter quaisquer atitudes proposicionais que sejam⁴. É sobretudo assim que o pensamento humano está ligado ao mundo, e pode, por isso, ser sobre uma coisa ou sobre outra. Se essa prioridade geral das atitudes *de re* sobre as *de dicto* se sustentar, em particular para as atitudes perceptivas *de re*, significaria que a percepção “objetual” seria fundamental para o pensamento. A percepção *de re* disponibilizaria alguma coisa como um objeto de um possível pensamento sem que se tenha de pensar sobre essa coisa de nenhuma maneira para que esteja disponível enquanto objeto daquele pensamento.

Isso também é especialmente importante para o aprendizado da linguagem⁵. Como poderíamos aprender linguagem se não fôssemos capazes de perceber coisas de uma maneira que não exigisse crer nem saber alguma coisa sobre o que vemos? Alguns objetos têm de estar perceptivamente disponíveis tanto ao iniciante conceitualmente desequipado quanto àquele com sofisticada habilidade na fala, se o pupilo tem a capacidade de aprender a aplicar corretamente novos predicados a objetos que tanto o professor quanto o aluno possam ver. Se os conceitos expressos por esses predicados fossem necessários para ver os objetos em primeiro lugar, não haveria como começar.

Um pensamento estreitamente relacionado a esse subjaz à defesa do que John Campbell chama de visão “relacional” da percepção de um objeto. Se a experiência é a fonte do pensamento, como argumenta ele, e a experiência perceptiva de objetos é o que explica a nossa habilidade de pensar em objetos, então têm de haver em meio a nossa experiência alguma “relação cognitiva” com objetos que é “mais primitiva” que ter pensamentos acerca desses objetos. A atenção consciente, diz ele, “ao trazer o objeto em si para a vida subjetiva do pensador, torna possível pensar sobre aquele objeto”⁶. Assim, para Campbell, uma concepção “relacional” e não conceitual da percepção dos objetos é essencial ao potencial explicativo da experiência perceptiva.

Mas mesmo que seja essencial para todo o pensar sobre objetos, o que estou chamando de ver “objetual” não necessariamente explica como podemos pensar as coisas que efetivamente pensamos sobre os objetos que vemos. Pensar alguma coisa sobre os objetos que se vê obviamente pressupõe mais que apenas vê-los. Ver objetos

⁴ Ver, por exemplo, Burge (2007) e o “Posfácio ao ‘Crença *De Re*’”.

⁵ Como Burge (2007) também enfatizou no mesmo ensaio.

⁶ J. Campbell (2002), p. 6.

nos põe na posição de ter pensamentos sobre eles, mas um pensamento, um pensamento proposicional, sobre um objeto, vem apenas com a maestria em certos conceitos e em certos predicados. Essa capacidade conceitual é uma capacidade de fazer juízos envolvendo aqueles conceitos: uma habilidade de aplicar o conceito ou o predicado a itens acerca dos quais se considere o predicado verdadeiro. Ter esses pensamentos a respeito de um objeto é mais que simplesmente classificá-lo, e mais que ser capaz de classificar outras coisas similares. Pensar que uma predicação é verdadeira para um objeto também é mais que tão somente discriminar um tipo de coisa de outro e mais que ser capaz de classificar coisas em grupos diferentes. É questão de ter um pensamento proposicional, de ser capaz de apresentar alguma coisa como verdadeira e de saber como fazer isso nas condições apropriadas enquanto se entende, como resultado, o que é pensado ou o que é dito. E essa capacidade não está presente simplesmente em ver objetos no sentido “objetual” ou “relacional”.

Conhecimento exige juízo proposicional, e este exige predicação: o aplicar um conceito a um objeto. O ver “objetual” pode tornar um objeto disponível para a predicação e assim para o juízo proposicional, mas o tipo de conhecimento perceptivo para o qual quero chamar a atenção exige uma capacidade de reconhecer, nas circunstâncias apropriadas, que um item, agora ao alcance da percepção de alguém, está contido ou não em um conceito que é dominado e que é entendido. E, para alguns conceitos e algumas situações, a aplicação dos conceitos apropriados tem de ser direta, no sentido de não ser feita com base em nenhuma característica do objeto, a não ser em sua exemplificação do conceito em questão. Quando um objeto está presente, as capacidades de reconhecimento conceitual do percebedor têm de habilitá-lo a ver, sem orientação nem assistência adicionais, que o conceito se aplica ou não ao objeto. Isso é possível, claro, apenas para percebedores que têm as capacidades conceitual e recognitiva adequadas.

Alguém que tem esses conceitos e que pode reconhecer um objeto que lhe é apresentado como, digamos, uma cadeira ou como vermelho, está em posição de fazer um juízo quando um objeto aparece em sua consciência e esse alguém presta atenção a ele. O que esse alguém predica no objeto é alguma coisa que ele é ao menos capaz de pensar ser verdadeira para outros objetos. Capacidade predicativa envolve esse tipo de generalidade; o mesmo conceito pode ser aplicado a diferentes objetos, e diferentes predicados podem ser aplicados ao mesmo objeto. É uma capacidade geral no sentido de que há um vão ou um espaço aberto em meio a cada um dos pensamentos ou das frases potenciais que o pensador se mantém preparado para aceitar sobre alguma coisa

ser uma cadeira ou vermelha ou o que for, sempre que um objeto apropriado aparecer à sua percepção. Ele não tem de saber nem de pensar nada sobre tal objeto antes que este apareça à sua percepção a fim de vir a ter esse pensamento sobre o objeto quando o vir. E quando um objeto de fato aparecer, ele não precisa sempre deliberar nem pesar fatos que competem entre si para determinar se um algum conceito se lho aplica. A percepção “objetual” de um objeto por qualquer um que já esteja equipado daquela maneira simplesmente “traz os fatos a plena vista”⁷, na expressão de John McDowell. Quem observa e julga com competência, pode ver e, em razão disso, saber, somente pela percepção, que um objeto apresentado a ele tem tal e tal característica.

É tentador pensar que precisa haver *alguns* conceitos que podemos *por vezes* ver e, em razão disso, saber, somente pela percepção, que são exemplificados. Se nunca pudéssemos saber, somente pela percepção, que determinado conceito se aplica a alguma coisa de que estamos conscientes, pareceria que poderíamos saber tal coisa apenas se soubermos que algum outro determinado conceito é aplicável à coisa. E, se isso é verdade sobre todo conceito e sobre todo objeto, esse processo continuaria para sempre; não poderíamos saber nada sobre nenhum objeto somente pela percepção. Mesmo aquelas teorias tradicionais que insistem em uma concepção muito mais restritiva do leque de conhecimento perceptivo não aceitaram essa consequência. Concordaram que podemos obter conhecimento de determinadas coisas apenas pela percepção, mas negaram que é conhecimento do que alguma coisa é e do que essa coisa seria, sejam essas coisas percebidas, sejam não percebidas.

Essas teorias afirmam que o máximo que se pode saber apenas pela percepção é que um objeto *aparece como se* fosse vermelho, digamos, ou que ele *parece* ser vermelho, ou que ele *aparece como se* houvesse um objeto vermelho ali, ou que a percepção é *a partir de* um objeto vermelho, ou outra coisa menos comprometedora. Até aquelas maneiras particulares de tentar não se comprometer poderiam ser consideradas correr um risco epistêmico alto demais, mas, em concepções desse tipo, é aceito que há pelo menos alguma coisa de que estamos cientes diretamente pela percepção e que sabemos por ela⁸. O que está em discussão é somente o âmbito legítimo do conhecimento puramente perceptivo, e não se esse conhecimento existe. Mas, a fim de saber qualquer coisa além daquele âmbito restrito, dizem aquelas tradicionais teorias, precisaríamos de razões para acreditar que aquilo que diretamente percebemos é um

⁷ J. McDowell (2009), p. 139.

⁸ Se somente estivéssemos diretamente cientes de objetos na percepção, e nunca *de que* tal e tal é como é percebido, não teríamos até agora nenhuma explicação do conhecimento perceptivo de nada, já que o ver “objetivo” é consistente com não saber nada sobre o objeto visto.

guia confiável para como as coisas são. E, dada a restrição ao conhecimento puramente perceptivo, isso é algo que nem sequer saberíamos somente pela percepção. Essa é a concepção de conhecimento perceptivo do mundo em duas etapas que penso que devemos superar se formos entender como sabemos alguma coisa sobre o mundo por meio da percepção.

Poderíamos começar a esforçar-nos para conseguir superar essa restrição perguntando se alguém poderia reconhecer diretamente e sem orientação nem mediação que um objeto que ele vê *parece* ou tem a *aparência* de ser vermelho e se não entendeu pelo menos o que é um objeto *ser* vermelho. E alguém poderia entender que o objeto presente é vermelho e, por conseguinte, ser capaz de pensar que ele o seja, se lhe faltasse a capacidade de reconhecer, em quaisquer circunstâncias, que um objeto apresentado *é* vermelho? Essa não é uma linha de raciocínio de que continuarei a me ocupar neste texto. Mas penso que esse é o tipo de investigação (ouso eu dizer “transcendental”?) que poderia nos levar ao fundo, e então nos fazer pôr uma pedra em cima do encanto da restrição tradicional do conhecimento perceptivo a alguma coisa sempre menor que o mundo à nossa volta. É aqui que é preciso fazer o trabalho de verdade: nas condições de ter e de entender os conceitos precisos até para ser apresentado ao problema epistemológico tradicional.

Suponha-se que se encontre, após extensa reflexão, que não é possível em geral que alguém reconheça que um objeto efetivamente apresentado a ele na percepção *parece* vermelho sem que ele também tenha pelo menos a capacidade de reconhecer, e, em razão disso, de saber, que um objeto apresentado a ele *é* vermelho. Isso significaria que quem for convencido de que ele pode saber somente pela própria percepção como as coisas parecem ou aparentam ser, e não como as coisas são, seria, de fato, capaz de saber coisas sobre o mundo somente com a percepção. Ele estaria errado em pensar que estava diante de uma ameaça geral ao seu conhecimento perceptivo do mundo. Ainda que ele esteja de alguma maneira convencido filosoficamente do contrário, ele poderia efetivamente saber que um objeto no mundo é uma cadeira, ou é vermelho, simplesmente por ver que o é.

A meu ver, é essa a posição em que de fato estamos e percebê-lo pode ter um efeito libertador. Mas, ainda que isso seja verdadeiro, não penso que pontuar que podemos saber, e de fato sabemos das coisas dessa maneira, equivalha a uma resposta direta à questão epistemológica tradicional. Essa questão parece exigir que o conhecimento do mundo seja satisfatoriamente explicado somente ao se identificar uma razão, um fundamento ou uma justificativa para a afirmação de conhecimento em

questão. Ela exige que haja alguma coisa *com base na qual* aquele que acredita justificadamente aceita ou acredita no que crê. E simplesmente ver e saber que um objeto presente é vermelho parece muito perto do fato em questão para satisfazer essa exigência por justificativa: o que se vê é a própria coisa cujo conhecimento se pretende explicar.

Quando vejo e, ao ver, sei que um objeto apresentado a mim é vermelho, o que vejo ser assim não é meu “fundamento” ou minha “razão” ou minha “justificativa” para crer que o objeto é vermelho. O que eu vejo ser o caso é que o objeto é vermelho. Isso é tudo o que me é preciso para o saber. Não pode haver nenhuma posição melhor ou mais forte para crer ou para saber alguma coisa do que o ver o que essa coisa é, bem diante de nossos olhos.

Mas penso que isso não significa que o *que* vejo que a coisa é seja minha razão ou minha justificativa ou minha garantia. Penso que não há tal coisa nesse caso. O que vejo e, em razão disso, no que creio e o que sei é que o objeto é vermelho. Venho a saber que aquilo é assim ao ver que aquilo é assim. É *porque* vejo o que vejo que sei o que sei. Eu ver o que vejo explica *por que* creio no creio ou *como* sei o que sei. É nesse sentido a razão *por que* creio no que creio e sei o que sei. Mas *ver* que o objeto é vermelho não é minha razão, nem minha justificativa, nem minha garantia para crer que ele é vermelho. É porque vejo o que vejo que sei e, nesse sentido, que tenho justificativas ou garantias para a crença de que o objeto é vermelho. Mas não há nada independente que sirva de “fundamento” ou “garantia” ou “razão” para crer nisso.

Quando digo que vejo e, por conta disso, que sei que há uma cadeira nesta sala, não o faço *com base em* nada do que sei ou em que creio sobre o objeto; não quero dizer que poderia saber o que sei sobre o objeto mesmo que não soubesse absolutamente nada sobre ele. Não poderia ver nem saber que o objeto é vermelho sem ter o conceito de “vermelho”, e então sem saber o que estou dizendo quando digo que alguma coisa é vermelha. Preciso de um repertório conceitual rico para ser capaz de ver e, em razão disso, de saber que *p*, independentemente do que o “*p*” em questão seja. E penso que, ao ter o tipo de repertório conceitual que todos temos, sabemos, em razão disso, ou somos capazes de conhecer, um sem-número de coisas sobre o mundo à nossa volta. Aprender a entender e a pensar determinados pensamentos e aprender coisas sobre o mundo de que esses pensamentos tratam, andam de mãos dadas. Por conseguinte, penso que todos precisam saber e crer muitas coisas sobre o mundo a fim de ser ao menos capazes de ver e, em razão disso, de saber que algum objeto é

vermelho, ou que há uma cadeira nesta sala. É preciso saber o que cadeiras são, por exemplo, e como se comportam, o que exige muitos outros conhecimentos.

Essa é outra razão por que apontar que podemos por vezes ver e, em razão disso, saber que um objeto é uma cadeira, ou é vermelho, não seria uma resposta satisfatória a alguém diante do problema tradicional do mundo exterior. Esse problema se entende como completamente geral, dizendo respeito a todo o conhecimento do mundo ao nosso redor. Então, se estou em uma posição de saber que um objeto que vejo é vermelho somente se já sei muitas coisas sobre o mundo exterior, essa não seria uma resposta satisfatória àquela questão completamente geral. Ela não preencheria os requisitos intrínsecos à própria forma daquela questão.

É extraordinário que, mesmo muitos daqueles que afirmam não ter nenhum interesse naquela questão epistemológica geral, parecem, no entanto, supor que o conhecimento de alguém sobre o mundo somente pode ser explicado satisfatoriamente se se achar alguma outra coisa, alguma base ou fundamento separado, no qual o conhecimento em questão pode aparentemente se basear. Uma suposição desse tipo parece ser exigida pela possibilidade de erro. Deve-se admitir que não somos infatíveis em vir a ver e a saber essas coisas, como a existência de uma cadeira nesta sala. É perfeitamente possível pensar e dizer que vejo e, em razão disso, que sei que há uma cadeira nesta sala e estar errado. Quando estou errado, obviamente não o sei. E, se não o sei, tampouco *vejo* que há uma cadeira nesta sala. Isso leva facilmente ao pensamento de que nunca *sei* se há uma cadeira *simplesmente* por ver que há uma cadeira. Isso ocorre porque, segundo esse raciocínio, eu poderia ter uma experiência perceptiva do mesmíssimo tipo quando somente me *parece* haver uma cadeira nesta sala. E posso ter esse tipo de experiência perceptiva mesmo quando não *há* nenhuma cadeira aqui.

Penso que não se pode negar que a experiência perceptiva que tenho quando vejo, e, em razão disso, sei que há uma cadeira aqui, é uma experiência do mesmo tipo que posso ter quando não vejo efetivamente ou nem efetivamente sei que há uma cadeira aqui. Mas sempre se pode equiparar duas coisas se se escolher a característica certa. Então a similaridade não significa que não há também uma grande diferença entre os dois tipos de experiência perceptiva. Há uma grande diferença, afinal, entre ver, e, em razão disso, saber que há uma cadeira aqui, e ver e saber somente que *parece* haver uma cadeira aqui quando não o há. É preciso dizer, ao menos no que diz respeito a obter conhecimento do mundo, que as duas experiências são do mesmo tipo. Porém, isso também me parece incorreto. As experiências perceptivas são muito diferentes nesse respeito; em um caso, sabe-se e no outro, não se sabe.

Mas penso que resta o sentimento de que as duas experiências são do mesmo tipo, por assim dizer, somente como “experiências puramente perceptivas”. Há uma tendência muito forte de pensar que *aquilo que vejo* quando estou errado e não sei precisa ser o mesmo que *aquilo que vejo* quando sei ao ver que há uma cadeira nessa sala. Caso contrário, como se poderia explicar meu erro? Então, parece que o que *vejo*, mesmo no caso em que sei, não pode ser que há uma cadeira na sala. Isso rapidamente nos faz descer uma ladeira assaz escorregadia, em cujo fim nos consideramos capazes de saber, somente pela percepção, a coisa menos comprometedora que se pode dizer que vemos e que, em razão disso, sabemos ser como é — sem possibilidade de erro. Mas não há nada que possamos saber ser verdade, se a simples possibilidade de erro for suficiente para rejeitar alguma coisa como não sendo *vista* como é. Isso, por sua vez, leva ao pensamento de que cometemos erros apenas no *julgar* alguma coisa como verdadeira, não no próprio perceber, ou no ver o que vemos. Pensa-se, então, que o juízo, o pensamento proposicional ou o pensamento predicativo não são parte da “própria experiência perceptiva”.

Essa linha de raciocínio nos deixa com uma concepção da “própria experiência perceptiva” como alguma coisa da qual todo o pensamento proposicional e todo o exercício de capacidades conceituais foi removido. Mas, então, que resta? Que é essa coisa chamada “a própria experiência perceptiva”, assim entendida? Essa é a ideia de *uma* experiência perceptiva ou mesmo de *uma* experiência que tem tido um papel tão importante na filosofia por um longo tempo. Mas que é essa ideia?

Penso que meu ver e, assim, meu saber que há uma cadeira nesta sala é uma experiência perceptiva. E *essa* experiência não seria o que é se eu não fosse capaz de pensamento proposicional nem do exercício de capacidades conceituais nessa própria percepção. Mesmo quando vejo somente que *parece haver* uma cadeira nesta sala, a experiência perceptiva que tenho também envolve pensamento proposicional e o exercício de capacidades conceituais de minha parte. Há experiências perceptivas que não envolvem essas capacidades de modo nenhum, mas que ainda podem nos dar o conhecimento de alguma coisa?

“Uma experiência perceptiva ela mesma”, pensada como alguma coisa sem nenhum ingrediente conceitual, seria talvez uma questão de estar consciente e de ter os olhos abertos e de ver um objeto no sentido “objetual” que não implica que se sabe ou que se crê em nada sobre esse objeto. Objetos vistos dessa maneira poderiam incluir não somente objetos físicos comuns, mas também cores, formas, movimentos e assim por diante. Essas coisas podem ser vistas no sentido “objetual”; pode ser revelado nas

respostas de uma criatura ao mundo que uma cor é aquilo que lhe atrai a atenção, por exemplo, ou que é uma certa forma que a criatura discrimina de seus arredores, e assim por diante. Coisas de que uma criatura está ciente dessa maneira se situam para a criatura em uma relação de serem vistas, mas a criatura não precisa saber nem pensar nada sobre essas coisas para que estas se situem nessa relação. Os objetos que se veem dessa maneira bem poderiam ser parte do mundo ao redor, mas nessa “experiência perceptiva ela mesma”, entendida dessa maneira austera, não se sabe nada sobre o mundo pela percepção. Então, o que quer que finalmente se venha a saber sobre o mundo não poderia ser entendido como alguma coisa que se baseia no que se sabe na experiência perceptiva tão somente, assim entendida. Nessa concepção austera, não há nada que se saiba tendo somente a “experiência perceptiva ela mesma”. Para ter conhecimento perceptivo do que for, a experiência perceptiva em que se o tem precisa envolver algum exercício de capacidades conceituais que envolvem pensamento proposicional ou pensamento predicativo.

Essa exigência do exercício das capacidades conceituais parece inevitável caso se vá algum dia obter qualquer conhecimento por meio da percepção. Mas essa própria exigência pode parecer pôr o conhecimento perceptivo do mundo externo sob ameaça de uma direção completamente diferente. John McDowell é um dos que pensam que “capacidades conceituais são efetivas na nossa experiência perceptiva”⁹, e pensa, como ele caracteristicamente o formula, que “há justiça no pensamento de que [essa] ideia pode parecer funcionar somente no contexto do idealismo”¹⁰. Penso que seria decepcionante aprender que o tipo de conhecimento perceptivo que penso que precisamos ter se formos evitar o ceticismo inerente ao problema tradicional do mundo exterior está disponível somente pelo preço do idealismo. Mas talvez tudo esteja bem. McDowell diz que “todo idealismo com chance de ser crível ... se bem pensado, ... se revela plenamente coerente com o realismo do senso comum”¹¹. Então, no pensamento de McDowell, ele diz que trabalha para “deslocar” de seu idealismo “a aparência de que ele não reconhece genuinamente que a realidade é independente de nosso raciocínio”¹². Apesar disso, mesmo quando aquela independência é garantida, pensa que sua concepção é idealismo “num sentido óbvio”, “que a classificação se encaixa bem”¹³.

⁹ McDowell (2009), p. 141.

¹⁰ McDowell (2009), p. 141.

¹¹ McDowell (2009), p. 141.

¹² McDowell (2009), p. 142.

¹³ McDowell (2009), p. 143.

Uma coisa com que McDowell se impressiona é o papel ou a posição especial que, enquanto “animais racionais”, ocupamos no mundo. Temos um “potencial para autodeterminação”, para fazer e pensar no que em nossa capacidade racional podemos nos determinar para fazer ou para pensar. Isso é uma coisa que nem toda criatura “cujos sentidos lhe informam das coisas” pode fazer¹⁴. Então, nossa “racionalidade”, nossa capacidade de avaliar as razões em favor e contra alguma coisa “entra na possibilidade de nos descrevermos como quem aceita o que nossos sentidos nos dão”, como McDowell formula¹⁵.

Concordo que nosso ter capacidades racionais entra no explicar como a percepção pode nos fornecer alguma coisa que aceitar. Temos capacidades conceituais muito mais ricas e mais variadas que outras criaturas. Podemos pensar, e pensar que coisas são verdadeiras. E podemos tomar algo, que pensamos ser razão para crer em alguma coisa que podemos pensar, e podemos crer nela por aquela razão. Isso é como nós, e não outras criaturas, podemos vir a crer nos tipos de crenças em que cremos. Mas ao recorrer às nossas capacidades distintivas a fim de explicar nossas conquistas, não vejo nenhuma necessidade, nem nenhum papel, para o idealismo.

No mundo onde vivemos, percebedores com uma capacidade de pensar e de raciocinar e de aceitar determinadas coisas como verdadeiras podem pensar que alguma coisa em que vieram a crer sobre o mundo é razão para crer em outra. Que uma coisa é razão para crer em outra é algo que viemos a pensar sobre o mundo; é parte do que tomamos como sendo assim no mundo. Outras criaturas não o podem fazer; elas podem ver objetos e lhes responder apropriadamente, mas não têm os tipos de capacidades de pensamento e de reconhecimento de razões para ter crenças. Somos naturalmente equipados para descobrir coisas sobre o mundo de maneiras que são impossíveis a outras criaturas.

Talvez isso seja apenas o “realismo do senso comum” com que McDowell diz que seu idealismo “é plenamente coerente”. Mas se é assim, não vejo o que sobra de idealismo. McDowell sintetiza a visão dele na máxima “o mundo é tudo que é o caso”. Diz ele que isso expressa, de modo autoevidente, o que ele chama de “maneira inobjektável de usar a noção de mundo”¹⁶. É simplesmente a ideia de que tudo que é o caso — tudo que pode ser verdadeiramente dito ou pensado. Mas ele pensa que isso é

¹⁴ McDowell (2009), p. 144.

¹⁵ McDowell (2009), p. 144.

¹⁶ McDowell (2009), p. 144.

idealismo porque “nesta concepção”, como ele formula, “o mundo ele mesmo é efetivamente estruturado pela forma do juízo”¹⁷. Esse é o ponto que não entendo.

McDowell pensa que sua forma de idealismo plenamente reconhece a independência da realidade de nosso pensamento a respeito dela. Essa independência é preservada, pensa ele, seirmos e se reconhecemos que pensamento e mundo são para ser entendidos juntos, sem que sejam concebidos como um anterior ao outro na ordem do entendimento. Isso me parece correto. Entendo que seres humanos pensam e percebem os tipos de coisas que pensam e que percebem somente porque tenho os recursos conceituais e os recursos perceptivos que tenho no mundo onde nós, seres humanos, nos encontramos. Mas se o que eu e as pessoas pensam e percebem que é o caso o for, ou não, independentemente de eu, ou de qualquer um, ter ou exercitar aquelas capacidades, não vejo o que resta de idealismo.

Mas concordo fortemente com McDowell em sua ênfase na importância da ideia de que o mundo é tudo que é o caso. E penso que ele está certo quando diz que é um pensamento “autoevidente”; não há nenhuma boa razão para se opor a isso. E penso que as implicações desse pensamento autoevidente não foram realmente exploradas nem encaradas. Em filosofia, houve uma predileção aparentemente perene por procurar por objetos e por tentar entender o mundo sob a ótica desses *objetos* — como se quais objetos há fosse tudo que é preciso para nos dizer como o mundo é. Mas tomo a máxima de que o mundo é tudo que é o caso como sendo uma maneira de dizer que, se há mundo, é somente porque alguma coisa ou outra é o caso — que o mundo é a totalidade dos fatos, não das coisas. Ainda que objetos sejam essenciais a qualquer mundo, que os objetos tenham determinadas propriedades, que estejam em certas relações um com o outro, que se comportem de determinadas maneiras, e assim por diante, essas coisas todas precisam ser o caso se for haver um mundo como esse. E esse mundo — entendido como todas aquelas coisas sendo o caso — não pode ser simplesmente mais um objeto. Então penso que precisamos da ideia de que o mundo é tudo que é o caso a fim de pensar sobre um mundo. Mas mesmo quando se combina essa ideia a um compromisso com as capacidades conceituais como algo essencial à percepção do mundo e ao pensamento sobre ele, não vejo como isso equivalha a qualquer forma de idealismo ou a qualquer encorajamento deste.

Dizer que o mundo é tudo que é o caso não é negar que há muitas coisas que são o caso e que nem as podemos conceber, muito menos ter razões para nelas crer, no momento. Ao enriquecer nossos recursos para pensar e para reconhecer as razões,

¹⁷ McDowell (2009), p. 143.

Ver o que uma coisa é

podemos talvez descobrir o que algumas dessas coisas são, e então vir a pensar e a saber muito mais sobre o mundo do que sabemos agora. Mas o que viemos a saber e a descobrir dessas novas maneiras ainda seria alguma coisa em que poderíamos pensar, então. Nossa capacidade de pensá-las, e nossa descoberta de coisas que reconhecemos ser razões para crer em outras coisas, explicaria por que cremos no que cremos.

Nada disso poderia ser explicado sem recorrer às nossas capacidades conceituais. Mas, assim como as coisas que são o caso agora, mas em que não podemos pensar no momento, não dependem de termos as capacidades conceituais que temos, então as coisas que os seres humanos passam a pensar assim, com capacidades expandidas, não dependeriam das pessoas terem as capacidades conceituais que tinham antes, então.

Penso que se espera que se expanda dessa maneira não somente o âmbito do pensamento proposicional humano, mas mesmo o âmbito da *percepção* proposicional e pela mesma razão. O que se vê depende do que se pode pensar e do que se sabe sobre o mundo. Adultos podem ver muitas coisas serem o caso que crianças pequenas não podem ver ser o caso. Se alguém vê o carro do meu vizinho e assim vê que há um carro estacionado na minha rua, as chances são que esse alguém não vê, assim, que o meu vizinho está em casa, como vejo. Estou em posição melhor para ver isso do que esse alguém está, mesmo se estivermos um do lado do outro. E um físico que vê um marcador se mover em uma tela de computador pode ver muito mais coisas serem o caso do que eu. Dados seus conhecimentos e suas capacidades, o seu ver o marcador é suficiente para ele simplesmente ver todas aquelas coisas serem o caso.

Caso se entenda que o âmbito do conhecimento perceptivo se expande dessa maneira para incluir qualquer coisa que um percebedor adequadamente equipado pode vir a reconhecer como verdadeiro quanto ao objeto que percebe, não parece haver nenhuma esperança de especificar *a priori* determinados limites gerais do que pode ser visto e conhecido sobre o mundo pela percepção. Mas o fato de que um corpo rico de capacidades conceituais é preciso para tornar possível qualquer conhecimento perceptivo do tipo não me parece sustentar nenhuma forma de idealismo.

REFERÊNCIAS:

- BURGE, Tyler. (2007) “Belief *De Re*” *Foundations of Mind*. Clarendon Press: Oxford.
- CAMPBELL, John. (2002) *Reference and Consciousness*. Clarendon Press: Oxford.
- DRETSKE, Fred. (1969) *Seeing and Knowing*. Routledge & Kegan Paul: Londres.
- MCDOWELL, John. (2009) “Conceptual Capacities in Perception” *Having the World in View*. Massachusetts: Cambridge.
- STROUD, Barry. (2000a) “Understanding Human Knowledge in General” *Understanding Human Knowledge*. Nova York: Oxford University Press.
- STROUD, Barry. (2000b) “Scepticism, ‘Externalism’, and the Goal of Epistemology” *Understanding Human Knowledge*. Nova York: Oxford University Press.
- STROUD, Barry. (2005) “The Epistemological Promise of Externalism”, in SCHANTZ, Richard. *The Externalist Challenge*. Berlim e Nova York: Walter de Gruyter.
- STROUD, Barry (2009). “Scepticism and the senses” *European Journal of Philosophy*.